

---

## Weber e a cidade

Dra. Maria Palacios<sup>1</sup>

Professora da Universidade Estadual da Bahia

Texto recebido em / Text submitted on: 04/09/2016

Texto aprovado em / Text approved on: 25/10/2016

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo fundamental explorar o conceito de Cidade para Max Weber, tendo como cerne de discussão a obra *Die Stadt – A dominação não-legítima: tipologia das cidades*. Percebe-se que o conceito weberiano de Cidade, contido no referido livro, mostra-nos a complexidade do mesmo, onde se demonstra que para além do conceito econômico, tão essencial para Weber, os conceitos políticos se fazem igualmente importantes, principalmente, quando partimos da perspectiva de autonomia que as cidades europeias ocidentais possuíam, nos contextos analisados pelo sociólogo alemão.

**Palavras-Chaves:** Cidade, sociedade, economia e política.

**Abstract:** The present article has as main objective to explore the concept of City for Max Weber, having as a core of discussion the work *Die Stadt - The non-legitimate domination: typology of the cities*. It can be seen that the Weberian concept of City, , shows the complexity of this concept, where beyond the economic concept, so essential for Weber, political concepts are equally important, especially when we considered the autonomy which Western European cities possessed, in the contexts analyzed by the German sociologist.

**Key Words:** City, society, economy and politics.

[...] the cities in America were new only in a physical sense – not in a sociological sense (MARTINDALE, 1966, p. 44).

É possível dizer-se, com boa margem de certeza e com respaldo em alguns autores clássicos<sup>2</sup> que, além da consciência da morte, o que não é pouco, o homem se distingue dos outros animais com os quais compartilha o planeta, pelo trabalho.

---

<sup>1</sup>E-mail: [maria.lima.palacios@gmail.com](mailto:maria.lima.palacios@gmail.com)

<sup>2</sup>David Ricardo, Adam Smith, Karl Marx e tantos outros.

---

Mas o trabalho humano expresso no conjunto formado pelas cidades, que são *living things*. A cidade trouxe consigo, com o tempo, novas classes sociais, novos insetos e novas formas de animais como o cachorro vira-lata, os pombos e os pardais; os ácaros e a explosão de baratas. As cidades e seus edifícios são criações humanas que parecem desafiar o tempo.

Convém lembrar, com Wanderley Guilherme dos Santos, que as Ciências Sociais no Brasil surgiram e se têm desenvolvido sob a influência conjugada de dois processos: “o da forma de absorção e difusão interna dos avanços metodológicos e substantivos gerados em centros culturais no exterior e dos estímulos produzidos pelo desenrolar da história econômica, social e política do país” (1978, p. 15).

Nessa perspectiva, adotamos a visão de Louis Wirth que, em 1938, escrevia no *American Journal of Sociology*:

The closest approximations to a systematic theory of urbanism that we have are to be found in a penetrating essay, ‘Die Stadt’ by Max Weber, and a memorable paper by Robert E. Park on ‘The City: Suggestions for the investigation of Human Behavior in the Urban Environment’.<sup>3</sup> (WIRTH, 1938 apud MARTINDALE, 1966, p. 8).

Assim, Weber (1966) começa estudando a origem das cidades em seu próprio país. Para ele, as cidades na Alemanha, em muitos casos, haviam se originado a partir de um sistema de fortalezas criado pelos Romanos ao longo das naturais vias de transporte representadas pelos rios Reno e Danúbio. Essas fortalezas desapareceram com a queda do Império Romano e voltaram a reviver com o renascimento do comércio, no final da Idade Média, por estarem situadas ao longo da rota do comércio intercontinental.

Nas terras alemãs o desenvolvimento cívico ocorreu com a formação das cidades em Ligas Protetoras, como a Hanse, a do Mar do Norte e a Báltica. Com a abertura do comércio para o Novo Mundo, as cidades das Ligas foram murchando e a vida de cidade só voltaria à Alemanha, no século XVIII.

---

<sup>3</sup>O texto de Max Weber a que Wirth se refere, foi publicado pela primeira vez, em 1921, em *Archiv fur Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* – Arquivo de Ciência Social e Política Social –, uma revista que Weber fundou juntamente com W. Sombart, em 1903, depois de passar três anos viajando pela Europa, ao retomar seu trabalho em Heidelberg. Esse estudo foi incorporado a *Economia e sociedade*. Neste trabalho, utilizamos as traduções desse livro para o inglês e o espanhol.

---

De qualquer modo, quem liderou a Alemanha para a consolidação do Império foi a Prússia rural do nordeste. Em geral, a aristocracia rural – *junkers* – manteve o controle sobre a administração das cidades e do exército. Dessa forma, o cidadão, na Alemanha, foi peculiarmente privado de responsabilidade política. (MARTINDALE, 1966, p. 36). Norbert Elias (1997, p. 26) descreve uma nobreza militar e burocrática como o estrato mais elevado e mais poderoso da sociedade.

Como consequência, ainda de acordo com Martindale (1966), os estratos urbanos eram *overcultured* e politicamente ineptos, mentalidade essa que serviu de base para o misticismo agrário e para a rejeição apaixonada das cidades que os nazistas exploraram. Daí o sucesso do trabalho de Spengler, *O declínio do Ocidente*, publicado em 1918, tanto na Alemanha, quanto nos Estados Unidos da América (EUA) onde, por razões diferentes, fornecia uma “razão sistemática” para a corrupção urbana, na medida em que via nas cidades o fim e a decadência de toda cultura. De qualquer modo, apesar do sucesso de público de Spengler, foram Simmel e Weber que causaram impacto maior nos sociólogos da Escola de Chicago, nominalmente, Park, Wirth e Burgess.

Weber experimentou o Império se convertendo em um dos Estados capitalistas e industriais mais avançados do mundo. A rede ferroviária estava completa, o ferro de Lorena alimentava as novas usinas e fábricas e as reparações de guerra francesas proporcionavam novos investimentos em uma indústria que foi, desde seu início, construída em larga escala e tecnologicamente avançada, liderando o mundo em setores como o da química industrial. Em 1900 Berlim tinha quatro milhões de habitantes e apenas 20% da população alemã vivia no campo. Ao mesmo tempo, os alemães suplantavam, numericamente, a população da Inglaterra e da França.

Foi também no século XIX que o saber se tornou indústria na Alemanha onde os historiadores haviam estabelecido novos cânones de rigor nos usos de fontes, sendo a História e a abordagem histórica suas grandes especialidades. Acreditava-se que o significado básico da compreensão era histórico e evolutivo, logo, conhecer as origens de uma coisa era possuir essa coisa. Assim, a atmosfera intelectual que Weber respirava era saturada de história. (MACRAE, 1975, p. 47-49).

---

As teorias da cidade que estavam surgindo, no final do século XIX e começo do século XX, na Europa, tinham duas características gerais, malgrado suas diferenças no varejo: todas assumiam que qualquer unidade de vida social é determinada por instituições e, também, postulavam que toda sociedade humana é um produto da evolução e da história, por conseguinte, qualquer explicação dos acontecimentos sociais consistiria na descoberta de suas origens. Desse modo, pode-se dizer que, na Europa, se tinha uma teoria institucional da cidade que defendia o primado histórico das instituições. A diferença “de varejo” estava em qual instituição cada teoria considerava como central ou original. (MARTINDALE, 1966, p. 46).

Weber e Simmel postulavam a necessidade de uma teoria do urbanismo mais geral, embora partissem de pontos diferentes. Ao contrário de Simmel, Weber achava que pensar a cidade como um local densamente povoado onde as pessoas mal se conheciam era importante, mas não era tudo; era apenas um fragmento em uma teoria da cidade que deveria, também, contemplar o papel da **cultura**, responsável, talvez, pela impessoalidade das relações nas grandes cidades. Ele estava interessado nas relações sociais (sempre resultantes de relações inter-humanas), no significado delas e no sistema de relações que delas decorre. Em outras palavras, as instituições existem como resultado dos atos das pessoas. Assim, tanto relações sociais como instituições são formas condensadas e econômicas de expressar atos e conjuntos complexos de interações sociais. Na investigação sobre a natureza da cidade, certamente, Weber levou em consideração o estado da arte até ali. Mas sua perspectiva é a da sociologia da *ação social*.

Segundo Martindale, para Weber, tudo na cidade tende a se profissionalizar: “[...] with Simmel, Weber was able to recognise that in the city every occupation – including mendicancy and prostitution – tends to become a profession”<sup>4</sup> (1966, p. 53).

Em sua obra *Die Stadt – A dominação não-legítima: tipologia das cidades* – composta de seis capítulos, Weber (1966) tenta reconstruir a história das cidades do ponto de vista de suas instituições associativas, do aparato legal/legislativo e da

---

<sup>4</sup>Nesse sentido, o *Mendigueirol Plus* (kit para mendigos profissionais) das “Organizações Tabajara”, criado pelo Casseta&Planeta, é absolutamente weberiano. Nas cidades, mesmo os mendigos devem se profissionalizar.

---

constituição do poder administrativo, na perspectiva de encontrar traços da autonomia das cidades em relação ao seu entorno.

A pergunta que ele tenta responder é, por que somente na Europa e, mais “idealmente”, na Europa do Norte, a cidade, que é um fenômeno social milenar como centro de mercado, de poder militar e de comércio e trocas, adquire autonomia e, ao mesmo tempo, **gesta o sujeito enquanto indivíduo**, ou seja, o cidadão civil individual e, com isso, as condições culturais que vão constituir a modernidade, o capitalismo, a democracia, etc.?

No primeiro capítulo<sup>5</sup> do *Die Stadt* repassa os **conceitos existentes de cidade** para demonstrar, mais adiante, que eles são insuficientes. Começa dizendo que as muitas definições de cidade têm um elemento em comum: elas consistem em um número significativo de habitações que, usualmente, são construídas perto uma da outra e, no seu tempo, com parede-meia. Por isso, a cidade é vista como uma grande localidade, extensa, que não propicia o conhecimento recíproco entre seus habitantes. Mas ele acha que se a cidade for interpretada dessa forma, somente localidades muito grandes poderiam ser qualificadas como tal, além de que, vários são os fatores culturais que determinam a partir de que tamanho a “impessoalidade” tende a aparecer. Até porque essa impessoalidade está e estava ausente de muitas localidades históricas que possuíam o *status* legal de cidade. Além disso, na Rússia, segundo ele, há aldeias com milhares de habitantes que não possuem esse *status* apesar de serem maiores que muitas das velhas cidades com algumas centenas de habitantes. Portanto, o **tamanho** não é suficiente para definir uma cidade.

As definições econômicas de cidade começam por afirmar que seus habitantes vivem de comércio e trocas, do artesanato e não da agricultura. Mas Weber contrapõe a isso a existência de aldeias remotas, no Oriente, que, há séculos, vivem do comércio de um único produto. **Diversidade econômica** seria, então, o critério imediato. Mas o *oikos* de um lorde ou príncipe feudal oferece essa diversidade econômica e não é uma cidade, embora tenha sido a origem, o germe, de algumas cidades. Afinal, os principados foram importantes consumidores e fonte de renda para artesãos e pequenos comerciantes.

---

<sup>5</sup>Na tradução espanhola, se intitula “Conceito e categoria da cidade” e, na norteamericana, “A natureza da cidade”.

---

A **existência de mercado**, como também a regularidade dos mesmos, seria, também, critério de origem de cidades. Mas sabe-se que nem todos os locais de feiras e mercados se converteram em cidades. Muitos permaneceram vilas, argumenta Weber (1966).

Em princípio, ele acha que só se pode falar em cidade nos casos em que os habitantes locais satisfaçam substancial parte de suas necessidades econômicas diárias no mercado local e com produtos dos arredores ou adquiridos para esse mercado que, dessa forma, é um centro econômico que se especializa em produtos econômicos. Historicamente, essa configuração diferente do rural, com mercado permanente e, frequentemente, residência da aristocracia é o que se entende por cidade, no sentido adotado por Weber. Ele acrescenta, ainda, que a existência da cidade mercado dependia de permissão e proteção da nobreza que auferia dividendos com impostos, taxas de proteção, arrendamento de terras etc.

Para Weber, ao contrário do que se pensa vulgarmente, não há dicotomia entre aristocracia e mundo urbano (1966). Ele demonstra, sobejamente, que a cidade representou chances de enriquecimento para a aristocracia que recebia direitos alfandegários, taxas de escolta e proteção e renda do solo. Ao mesmo tempo, servia de fonte de abastecimento de bens e serviços para príncipes, vassallos e altos funcionários. Portanto, na maioria dos casos, as cidades coexistiam com as cortes senhoriais principescas.<sup>6</sup> Nos casos de cidades mercados que surgiram sem qualquer ligação com a aristocracia, essas estão em locais fronteiriços. No começo da Idade Média, surgiram cidades a partir de guerreiros navais, da associação de invasores estrangeiros, comerciantes e nativos interessados em comércio. O resultado era uma cidade de mercado pura. Mas o comum era que as cidades mercados estivessem ligadas à realeza.

Similares às cidades principescas, encontram-se cidades em que artesãos e comerciantes dependem dos rentistas: são funcionários, políticos e proprietários de terras que gastam ali suas rendas legais ou ilegais. De qualquer modo, ela se assemelha à cidade principesca e depende de rendas patrimoniais e políticas. Pequim e Moscou são cidades desse tipo. Os consumidores podem, também, viver de pensões, de rendas de investimentos em ações e outros. Essas cidades são, de

---

<sup>6</sup>A articulação histórica entre rural e urbano, no caso das cidades brasileiras, está presente nas propostas e interpretações de: QUEIROZ, 1978.

---

qualquer modo, cidades de consumidores e isso é decisivo para os comerciantes locais. Já as cidades produtoras dependem, para seu poder de compra, de fábricas, indústrias e manufaturas.

Frequentemente, as cidades são combinações dessas atividades: *trade cities*, *merchant cities* e *consumer cities*. Tem-se, por exemplo, a *comenda* e a *sociedade maris* dos países mediterrâneos nas quais, encarregava-se um tratador, um comerciante/viajante que levasse suas mercadorias até o Levante e de lá voltasse com mercadorias orientais para o mercado nativo. Muitas vezes, são locais de negócios, porém os lucros nem sempre são gastos nelas, mas em outros lugares. Quase sempre, representa um misto de tipos e para ser classificada economicamente terá que ser em termos de suas atividades *predominantes*.

### **Cidade e campo em Weber**

Para Weber, a relação da cidade com o campo nunca foi **unívoca**. Existiram e ainda existem cidades agrárias. Os urbanitas de muitas cidades medievais e de todas as cidades do mundo clássico tinham uma parcela de terra e de pastos que os alimentava: *commons*, *kleros*, *fundus*, *chelek*. No caso da Antiguidade, todo cidadão urbano era um semi-camponês. Na Idade Média, na Europa, cidades como Colônia não tinham terras comunais dedicadas à agricultura, mas isso não era usual.<sup>7</sup>

Para Weber, a relação entre a cidade, como agente de troca e de comércio, e o campo, como produtor de comida, representa um aspecto da economia urbana e forma uma etapa entre a economia doméstica, de um lado, e a economia nacional, de outro. A cidade, portanto, não é uma acumulação de moradias ou uma coleção de atividades econômicas, pois as aldeias também possuem essas características; a cidade possui **dimensões não econômicas** e, assim, **o conceito de cidade deve incluir fatores não econômicos**.

Afora a localização de residências, a cidade mantém uma relação com os proprietários de terra; mas as vilas e aldeias também mantinham, como também possuíam regulamentos e códigos. Em sua maioria, as cidades não marítimas,

---

<sup>7</sup>Até hoje, na Inglaterra, há um resquício dessa tradição. Assim, os velhos de mais de 65 anos cujas residências não possuam jardins terão direito a um *allotment*, pequenos lotes de terra localizados nos fundos dos parques municipais para plantar o que lhes apetecer. Na minha experiência em Liverpool, plantavam, fundamentalmente, couve-flor e repolhos.

---

devido às condições de transporte do passado, dependiam da produção agrícola do seu entorno assim como as vilas e aldeias. Isso quer, então, dizer que as regulações econômicas e a política econômica urbana não foram exclusivas da cidade; mas o que parece **ter sido particular das cidades foi a política econômica urbana** a partir das **corporações**. Mais ainda, a regulação das condições de produção e troca das cidades representa o oposto da organização feudal e contratual dos *oikos*, que estavam dentro da propriedade senhorial, porém, sem intercâmbio interno. O fato de se estar falando de *área econômica urbana*, *área urbana* e de *autoridade urbana* indica que o conceito de cidade pode e deve ser examinado em termos de outros conceitos que não aqueles exclusivamente econômicos.

Esses conceitos adicionais necessários para analisar a cidade são também **políticos**, senão, como entender que, na Idade Média, existissem localidades definidas politicamente como cidade cujos habitantes dependiam da agricultura, enquanto outras, denominadas vilas, dela não dependiam tanto. Essa distinção deve se ater à maneira pela qual se regula os bens de raiz, a constituição fundiária. **Nas cidades, a propriedade é constituída por prédios, sendo o terreno apenas acessório**. Além disso, os princípios tributários da cidade são diferentes.

Para Weber (1966), os fortes e guarnições são características **decisivas** para o conceito político administrativo de cidade, tanto na Europa, quanto fora dela. No passado, a cidade era um tipo especial de fortaleza e guarnição: na Sicília, por exemplo, quase ninguém vivia fora dos muros da cidade, nem mesmo os trabalhadores agrícolas<sup>8</sup>; já em Esparta, não havia muros, por ser ela uma guarnição aberta de guerreiros; e em Atenas, havia um castelo sobre as rochas. Em todo caso, o castelo e/ou o muro fazem parte da cidade oriental e da mediterrânea bem como da cidade medieval normal. Na Inglaterra, na época anglo-saxônica, todo condado tinha uma cidadela (*borough*) que realizava os serviços de segurança e vigilância, com *burgenses*<sup>9</sup> como habitantes.

Do ponto de vista histórico, o precursor da cidade fortificada é o castelo senhorial, fortaleza habitada pelo senhor e seus guerreiros, suas famílias e criados. Do Egito à Irlanda, passando por etruscos e chineses, a construção de castelos e o

---

<sup>8</sup>Na Sicília de hoje, o visitante descobre *in loco*, o que foi (e ainda é) a Magna Grécia.

<sup>9</sup>Esse nome se origina da situação jurídico-política, relacionada com a propriedade fundiária especificamente burguesa determinada pelo dever de vigiar e conservar a fortaleza.

principado que neles reina tem sido fenômeno universal na origem das cidades. O desenvolvimento medieval do estamento senhorial politicamente autônomo (a *politically independent gentry*<sup>10</sup>) começa com os *castelli*, na Itália; no norte da Europa, a autonomia dos vassallos enseja numerosas construções de castelos; e no caso da Alemanha, mesmo na época moderna, pertencer à Câmara dos representantes estamentais dependia de ter a posse de um castelo, mesmo que fosse uma ruína.

Nesse estudo<sup>11</sup>, tão cuidadosamente documentado, fortes e mercados existem lado a lado. Na Inglaterra, Itália e, mesmo nas cidades islâmicas, a paz militar (o castelo ou o forte) garantia a existência dos mercados: na Itália, se tinha o *comitium* e o *campus Martius*; no contexto islâmico, a *kasba* (o acampamento guerreiro) e, ao lado, o bazar; na Índia, a cidade dos notáveis (políticos) estava ao lado da cidade econômica. As relações entre a guarnição, a fortaleza política ou castelo e a população civil e economicamente ativa são complexas e podem ser reconstruídas desde os egípcios e gregos. Há evidência da participação da nobreza nos lucros comerciais e muitos foram os príncipes que passaram a ser *primus inter paris* desde os tempos homéricos até a Idade Média. Claro que havia os *honoratiores* específicos da cidade, mas, muitas vezes, essas camadas se interpenetravam.

Weber se propõe a demonstrar a origem da Cidade Ocidental e suas peculiaridades para que possamos entender a cidade contemporânea, o mundo contemporâneo. Para isso, é preciso estar atento, porque, nem toda cidade, no sentido econômico, nem toda fortaleza, no sentido político-administrativo, constituía uma **comunidade**<sup>12</sup>. Somente o Ocidente conheceu a comunidade urbana.<sup>13</sup>

As cidades (comunidades urbanas) se desenvolveram a partir das seguintes características: uma fortificação, um mercado, um tribunal próprio e, pelo menos

---

<sup>10</sup>A palavra gentrificação é muito usada no contexto das restaurações de centros históricos. Por isso, citei o mesmo texto de Weber em inglês, na tradução de Martindale.

<sup>11</sup>Todos os subtítulos do trabalho de Weber foram retirados da versão inglesa. Tanto na versão em espanhol quanto na portuguesa o texto corre direto, sem intertítulos, e parecem, ambos, mais confusos.

<sup>12</sup>Como veremos, esse conceito vai ser fundamental para que Weber demonstre porque somente no Ocidente é na cidade como tal que vai se respirar liberdade. Por isso, Weber é clássico e atual ao mesmo tempo. É que ele procura refinar conceitos fundamentais da Sociologia.

<sup>13</sup>Aqui, no sentido de NISBET, 1976.

---

parcialmente, um direito próprio, caráter de associação e, ligados a esse, autonomia e autocefalia, pelo menos parciais, além de uma administração realizada por autoridades de cuja nomeação os cidadãos participavam de alguma forma. Esses direitos eram chamados, no passado, de direitos estamentais porque eram privilégios de estado. As cidades ocidentais da Idade Média, só em parte, possuíam todas essas características e apenas algumas, no século XVIII, podiam ser consideradas autênticas comunidades urbanas.

Weber descreve as cidades da Índia, asiáticas e islâmicas e conclui que embora várias delas apresentassem algumas características comuns às cidades do Ocidente Medieval, somente nessas últimas os cidadãos eram portadores de ação de associação. Já as cidades ao norte dos Alpes se desenvolveram com *pureza típica ideal*, porque, na cidade medieval do Ocidente, a diferença no direito fundiário era um fator essencial: dentro da cidade havia bens de raiz hereditários, em princípio livremente alienáveis, isentos de censo ou apenas sujeitos ao censo fixo e, fora da cidade, terras de camponeses vinculados nas formas mais diversas a um senhor territorial ou à comunidade de aldeia ou a ambas as coisas. A esse contraste com a Ásia, correspondia um contraste absoluto na situação jurídica pessoal.

Por toda a parte, no Oriente Próximo e no Oriente Extremo, seja na Idade Média ou na Antiguidade, a cidade era um povoado nascido pela afluência de pessoas vindas de fora e mantidas, em face das condições sanitárias das classes baixas, somente pela chegada contínua de novas pessoas do campo, contendo, portanto, pessoas de posições estamentais as mais diversas. Na Antiguidade e na Rússia, a possibilidade de comprar a liberdade estimulava o rendimento econômico dos pequeno-burgueses não-livres e, por isso, era precisamente nas mãos dos libertos que se acumulava uma grande parte dos primeiros patrimônios adquiridos em empreendimentos racionais de caráter artesanal ou comercial. Dessa maneira, a cidade ocidental era um lugar de ascensão da servidão à liberdade, por meio da atividade aquisitiva, no regime de economia monetária.

Nas cidades medievais, encontramos esse fenômeno, de forma mais acentuada, particularmente nas regiões não-litorâneas. As municipalidades das cidades perseguiram, quase sempre, conscientemente, uma *política* estamental que se propunha a esse resultado. Na sua época inicial, havia margem para atividades aquisitivas, facilitava-se a mudança para as cidades e existia um interesse solidário

---

em impedir que todo servo que acabara de juntar um pequeno patrimônio na cidade fosse requerido por seu senhor para voltar para o campo para prestar serviços domésticos ou de estábulo, mesmo que fosse, apenas, para pagar um resgate, como ainda acontecia, no século XVIII, por parte da nobreza na Silésia e, também, no século XIX, por parte da nobreza russa. Por isso, os cidadãos urbanos usurpavam, rompiam, com o direito senhorial. E essa foi a grande inovação, objetivamente **revolucionária**, da cidade medieval do Ocidente, em oposição a todas as outras cidades de até então<sup>14</sup>.

Das cidades do Centro e do Norte da Europa surge o conhecido lema “O ar da cidade faz livre”, porque, nessa área, após um prazo maior ou menor, o senhor de um escravo ou servo perdia o direito de reclamá-lo como submetido a seu poder. Na medida em que, dentro da cidade, todos são livres, não havendo mais distinção entre livres e não livres, muitas delas desenvolveram, também, a igualdade política dos seus habitantes e as eleições livres dos funcionários urbanos o que, por sua vez, permitiu o desenvolvimento de um estrato de *patrícios*. Os ricos urbanos começaram a criar seus sinais de distinção (propriedade de cavalos) e aparece uma nova nobreza urbana (*constables*, cavaleiros) e uma nova estratificação em termos de status, também.

No final da Idade Média, essa nobreza cidadina participava das guildas e da administração municipal, mas não era reconhecida pela nobreza rural. Essas forças apontavam para algum nivelamento da população urbana, malgrado suas fortes diferenças internas. Mas a cidade medieval propriamente dita era constituída como uma **irmandade**, com seu símbolo religioso – um santo que os protegia – cultivado pela associação dos cidadãos. Essas irmandades geriam financeiramente a cidade e eram proprietárias de terras e imóveis.<sup>15</sup>

Outra característica particular das cidades da Europa Ocidental, além do fato de a associação política ser também proprietária de terras é que, por várias razões e, dentre elas, o avanço do Cristianismo, os clãs perderam qualquer significado, prevalecendo a igualdade ritual. A cidade se tornou, então, uma confederação de cidadãos individuais (pais de família). Assim, independentemente da consciência

---

<sup>14</sup>Aqui, creio, está a chave para entender porque Weber deu a esse ensaio o subtítulo “A dominação não-legítima”.

<sup>15</sup>Dentre as várias irmandades laicas da cidade, a Santa Casa de Misericórdia de Salvador é, ainda hoje, uma das maiores proprietárias de imóveis do centro da cidade.

---

do conceito jurídico que se tinha de corporação e comuna, a cidade medieval era uma *comuna* desde o seu nascimento, de acordo com Weber (1966).

O papel desempenhado pela comunidade eclesiástica na organização técnico-administrativa das cidades medievais é apenas um dos sintomas dessa qualidade da religião cristã, que passou a ser a religião desses povos abalados por haverem perdido seus vínculos de clã, e, por isso, o cidadão das comunidades do Norte já entrava na comunidade urbana como **indivíduo** e não como membro de um clã ou tribo. Era como indivíduo que ele prestava juramento de cidadão. A cidade medieval era assim, também, uma associação de culto. O pressuposto para ser um burguês plenamente qualificado era a qualificação plena na paróquia eclesiástica.

A cidade medieval do Ocidente não era apenas sede do comércio e do artesanato (economicamente), guarnição e fortaleza militar (politicamente) e um distrito judicial (administrativamente), mas, também, uma irmandade fundamentada em juramento: era uma **commune** baseada em juramento, uma **corporação**, em sentido jurídico. Desse modo, o processo de constituição das cidades medievais do Ocidente se deu livre dos tabus, dos impedimentos mágico-religiosos, como ocorreu na Ásia, por exemplo, mas não livre de conflitos. Weber acrescenta que as fraternidades/irmandades que foram criadas nas cidades antigas, como Colônia, tiveram que disputar legitimidade com a associação dos anciãos e que, no bairro dos mercadores, São Martins, o direito à criação da irmandade teve que ser *usurpado*.<sup>16</sup> Afirma ainda que uma irmandade revolucionária raramente aparece nos documentos das cidades: essa de Colônia é, laconicamente, mencionada uma vez.

Enquanto, em algumas áreas da Europa Medieval, os interesses urbanos foram representados por irmandades ou fraternidades, na Inglaterra, prevaleceram as corporações e, na Itália, a *conjurazione*. Provavelmente, elas não foram criadas por razões políticas, mas para proteger o indivíduo e ocupar o lugar/papel do clã, apaziguar disputas, emprestar dinheiro, promover festas (hábito oriundo dos tempos pagãos) e organizar funerais, garantindo a benevolência e a indulgência dos santos. Ao contrário da crença corrente, as guildas, nos demonstra Weber,

---

<sup>16</sup>Essa palavra está presente com grande frequência nas três versões do texto que trabalhamos: português, inglês e espanhol, e, em nenhuma das versões, ela me parece clara.

foram criadas depois e tratavam, exclusivamente, da comercialização e venda dos produtos.

By and large the socio-religious fraternities stood in close personal union with official professional associations, the merchant corporations and the artisan's guilds. The order in which the various associations came into existence in the particular case is of no importance [...] On the other hand it is also true that the artisan's guild are older than the conjurations. But they cannot be conceived as the forerunners of the conjurations since they appear throughout the world even where no burgher community has ever been found. (1966, p. 116).

Finalmente, outro conjunto complexo de fatores deve ser considerado, para dar conta da origem da comunidade urbana no Ocidente: as características das composições urbanas militares e, sobretudo, seus fundamentos socioeconômicos. É que, no Ocidente, se preservou o princípio do autoequipamento do exército, tanto fazia se de camponeses, de cavaleiros ou se uma milícia de cidadãos. Mas isso significava a autonomia militar do indivíduo e, por consequência, o senhor dependia, em alto grau, da boa vontade dos membros do seu exército, o que o obrigava a se dirigir e a compactuar com eles, em caso de necessidade. Daí decorre o nascimento dos estamentos: do poder financeiro dos moradores urbanos, que podiam se reunir e enfrentar, militarmente, o senhor da cidade; que permite, em última instância, que surjam as comunidades urbanas corporativas e autônomas. Todas as *conjurationes* e uniões do Ocidente, desde a Antiguidade, eram alianças das camadas urbanas elegíveis para o serviço militar que, na hora decisiva, eram capazes de pegar suas próprias armas e lutar pelos seus interesses. Já os ricos mercadores chineses e indianos e os *brokers* da Babilônia não tinham esse poder militar contra a aristocracia, apesar do dinheiro.

No capítulo seguinte, segunda parte do livro, “As cidades de linhagem na Antiguidade e na Idade Média” – “*The patrician city in Antiquity and in the Middle Ages*”–, Weber (1966) estuda a administração e a política nas cidades italianas e inglesas e sua relação com a nobreza e mais as cidades da nobreza. Em seguida, compara esses desdobramentos com os do norte da Europa e com a Antiguidade, retirando parte do material de *A Ilíada*. Assim, as linhagens da Antiguidade, como as da Idade Média, continuavam residindo no campo apesar de estarem ligadas às cidades que, nesse caso, eram sempre marítimas.

---

É nesse contexto que Weber propõe que as relações de parentesco na Grécia repousavam no carisma (*clan charisma*), palavra que ele retira do vocabulário dos primeiros cristãos, quando tinha o sentido de *gift of grace*.<sup>17</sup> O problema imediatamente colocado é como a ordem social continua diante da morte de uma liderança carismática. No caso dos gregos, ele vê o carisma transferido do indivíduo para a estrutura na qual ele operava, o clã.

Numa descrição detalhada da cidade antiga, Weber mostra que ela era uma cidade formada basicamente por divisões militares e religiosas, portanto, uma comunidade guerreira. Em oposição, a cidade medieval de linhagem, ou *patrician*, estava dentro de grandes impérios continentais aos quais ela se opunha. Enquanto a cidade de linhagem da Antiguidade nasce na costa, cercada de camponeses e bárbaros, a medieval surge de uma cidade episcopal ou em uma área de dominação feudal. As semelhanças, de acordo com Weber, estão nos processos políticos que essas cidades experimentaram até chegar a uma municipalidade autônoma. Mesmo assim, as similaridades são maiores com Roma do que com Veneza.

De qualquer maneira, o autor insiste em que a residência urbana da nobreza, tanto itálica quanto grega, tinha causas econômicas que se baseavam nas oportunidades oferecidas pela vida urbana. Não que essas nobrezas fossem mercadoras ou comerciantes, mas eram, em ambos os casos, sócias, *silent partners*, dos mercadores; e foi “silenciosamente” que os “patrícios” entraram nas guildas de Londres, no século XIV, quando elas lograram, finalmente, obter poder na administração da cidade.

Em seguida, Weber discute o papel de instituições criadas para administração das cidades, como a *podestà*, das cidades italianas – na qual, basicamente, um oficial de fora era chamado para resolver os conflitos administrativos. Estas, eventualmente, se tornam um estado dentro do estado e, similarmente as guildas da Europa do Norte, crescem em poder em relação aos conselhos municipais; ele descreve as lutas intersticiais entre instituições pelo domínio da administração das cidades, que não são idênticas para toda a Europa, e refletem, em muitos casos, a luta dos burgueses/comerciantes/etc. com os variados tipos de aristocratas – mas

---

<sup>17</sup>De acordo com Martindale (1966, p. 140) quem usou primeiro essa palavra foi Rudolf Sohm referindo-se à autoridade baseada na devoção a uma santidade excepcional, ao caráter exemplar ou heroico de um indivíduo. Até hoje, em inglês, uma pessoa *gifted* é aquela cuja inteligência e/ou talento são tão raros que são como que “presenteadas pelos deuses”.

essa última frase está carregada de simplificação. Estuda, ainda, uma instituição italiana chamada *popolo*, que protegia a população ante a corte, cujo chefe, como na *podestà*, era trazido de fora. A duração de sua administração era, em geral, de um ano, seu escritório ficava numa casa com torre e lhe era atribuída uma milícia financiada e formada pelas guildas. Com estatutos e recursos financeiros próprios, o *popolo* excluiu da administração municipal a nobreza e, com o tempo, criou grande quantidade de leis urbanas, estatutos, regras jurídicas e de quatro a cinco dúzias de categorias oficiais de funcionários que ia do oficial de justiça ao *burgomaster*. Com isso, o que Weber demonstra minuciosamente, e que não pode ser aqui reproduzido, é que, nesse longo e variado processo, a comunidade urbana medieval alcança autonomia política e, até mesmo, eventualmente, exerce políticas imperialistas de guerras e de conquista de terras, de outras cidades e de colônias estrangeiras.

Quando o Estado patrimonial-burocrático conseguiu submeter as cidades, ele não rompeu com a “política econômica urbana” – porque o florescimento econômico das cidades era importante e interessava à política mercantilista cujas práticas podiam ser copiadas da política urbana do comércio à distância –; ele procurou conciliar o antagonismo de interesses entre a nobreza e as cidades e, mais do que da nobreza, a propensão a entrar em conflito com as cidades que vinha do clero monástico cujas propriedades e terras eram isentas de taxaço e a mão-de-obra, sem família para sustentar, era capaz de vencer a concorrência com os não-monásticos.

Weber (1966) finaliza esse trabalho fazendo um estudo comparativo entre as instituições e as classes sociais das cidades da Antiguidade e as das cidades da Europa Medieval mostrando que elas são diferentes e que essas diferenças estão presentes desde a forma pela qual, as suas respectivas cidades foram fundadas, até a forma como a política era conduzida. Assim, enquanto, em Roma, prevalecia a tradição e a experiência dos anciãos e, sobretudo, dos ex-funcionários, e as decisões políticas eram baseadas em considerações racionais, na Antiguidade grega clássica pesava a juventude e a retórica política dos demagogos áticos.

Vários são os textos, sobretudo aqueles encontrados na web, que tentam explicar porque Max Weber deu a seu trabalho o subtítulo “A dominação não-legítima”. A maioria desses textos nos parece demasiadamente ingênua para

reproduzir aqui. De qualquer modo, não poderíamos continuar sem tentar enfrentar esse assunto. No texto de Bárbara Freitag-Rouanet, “*Global cities in informational societies*”, ao discorrer sobre as várias teorias que tratam da cidade e resumir as contribuições teóricas mais importantes, ela afirma:

One question remains open: why did Weber give his famous chapter on cities the main title of ‘Non-legitimate power’, reserving for a parenthetical clause the subtitle ‘The typology of the cities’? The reason may well be that as the feudal order refused money as the main basis for power, Weber considered that from an aristocratic point of view wealth-based power was illegitimate. (2003)

Outra possibilidade de interpretação nos é dada por Domingues (2000, p. 212) que considera que Weber estabelece dois traços cruciais para a cidade ocidental: a cidadania e a autonomia. Nesse sentido, a quebra da dominação tradicional, dos senhores feudais e da Igreja e a sua substituição pela autoridade dos habitantes associados na urbe, é que marca o subtítulo que Weber confere ao texto “*Nichtlegitime Herrschaft*” e, ao mesmo tempo, serve de fio condutor ao seu argumento e a sua tipologia. Weber, como Simmel, foi capaz de prever que as cidades seriam o palco real da sociedade contemporânea: *Schauplatz*. É a cidade que transforma a sociedade de tradicional em racional e é na cidade que surge o indivíduo livre, como vimos.

Além disso, é importante reter, para podermos prosseguir, que, para Weber: a) as cidades possuem dimensões não-econômicas; b) o papel da cultura é mais importante, na notória impessoalidade das cidades, do que a sua densidade populacional; c) para entender as cidades, é preciso reconstruir as relações sociais, que são constituídas das relações inter-humanas, como também seu significado e o sistema de relações que dela decorre; d) as instituições existem como resultado do ato das pessoas; e) as relações sociais e as instituições são formas condensadas e econômicas de expressar atos conjuntos complexos de interações sociais; e f) tudo na cidade tende a se profissionalizar e que essa tendência está presente na constituição das cidades, que sempre se distinguiram de vilas e aldeias pela política econômica urbana que partia das corporações. Por isso, no entendimento do urbano, os conceitos políticos são tão importantes quanto os econômicos.

Para Vilma Figueiredo (2000, p. 322), a contemporaneidade de Weber se deve à estratégia metodológica de conferir pesos equivalentes às diferentes esferas da

---

vida social, para a compreensão da direção da mudança. Então, essa perspectiva adquire maior importância após a queda do socialismo real e a evidência de que o capitalismo revolucionou e ainda faz avançar as forças produtivas. No seu entendimento, foi isso que deixou desacreditada uma vertente do marxismo vulgar latinoamericano. Assim, Weber é atual, na medida em que é livre de determinismos, inclusive o determinismo das ideias. Além disso, ao desenvolver suas análises, procura estar atento ao impacto dos fatores individuais.

Aqui se faz necessário um pequeno *détour*<sup>18</sup>, com a ajuda de Cardoso, mas que começa com a observação de Luiz Werneck Vianna de que, no Brasil, a leitura de Weber perde muito de suas nuances e a leitura do tema do patrimonialismo, em particular,

[...] ao voltar-se para o paradigma do Oriente clássico, onde não se conheceu o direito à propriedade individual, direito que, desde os gregos, nasce com o Ocidente, é então prisioneira do ângulo das instituições políticas, principalmente do Estado, e é daí que provém sua ênfase na reforma política e não na reforma social. (1999, p. 176).

Sem poder entrar nos desdobramentos da observação acima, voltamos para 1972, quando Fernando Henrique Cardoso publica "*La ciudad y la política*"<sup>19</sup> em que, depois de resumir o trabalho de Weber, chama a atenção para os seguintes aspectos da obra: a diversidade de características econômicas e político-administrativas que dão origem à cidade; a existência de um direito e de um tribunal próprios; de uma relação associativa entre os seus membros; e de uma capacidade, pelo menos parcial, de decisão e de autonomia. Em termos simples, os cidadãos/burgueses participavam da designação das autoridades que administravam as cidades. Então, a cidade foi pensada pela Sociologia Clássica como um fenômeno social, de divisão do trabalho e mercado e, também, como um fenômeno político. Além disso, o autor faz a seguinte pergunta: "Até que ponto este tipo de abordagem do fenômeno urbano se aplica a cidades latinoamericanas e subsiste validamente diante das transformações da economia e da sociedade contemporâneas?" (1975, p. 141).

---

<sup>18</sup>Como em Karel Kozic (2002).

<sup>19</sup>CARDOSO, Fernando H. *La ciudad y la política*. *Revista Estudios Sociales Centro-Americanos*, n. 1, jun./ago. 1972, mais tarde, publicado como "A cidade e a política: do compromisso ao inconformismo", um dos capítulos do livro *Autoritarismo e Democratização*, em 1975.

Para Cardoso (1975), não há paralelo possível entre Lima e Veneza, Buenos Aires e Essen, Bahia e Londres. É que as cidades da Espanha e de Portugal tiveram uma relação de dependência com o poder real que o resto da Europa não conheceu, pois era exatamente esse poder que as defendia dos avanços feudais, sendo, portanto, essa dependência almejada como forma de defesa. As cidades de Castela se uniam em “irmandades”, presididas pelo representante da Coroa, que exerciam as funções judiciária, policial e de fornecimento de tropas para o Rei, sendo, portanto, parte do aparelho de estado.

A cidade na América nasce como o prolongamento, na colônia, da presença do Rei, embora Cardoso admita alguma singularidade no caso do Brasil, argumentando, a partir do que ele refere como o “luminoso capítulo sobre o Semeador e o Ladrilhador” de Sérgio Buarque de Holanda<sup>20</sup>, que sugere que, enquanto os espanhóis tentavam obstinadamente impor seus modelos, os portugueses,

[...] dotados de maior pragmatismo realista, foram menos rígidos no urbanismo colonial [mas] o desleixo da geografia urbana da América Portuguesa (que deu o encanto da Bahia e mesmo do Rio de Janeiro dos vice-reis) não foi suficiente, contudo, para reproduzir na América a pauta ocidental da cidade como um fenômeno político-econômico [...] (1975, p. 143).

Mas, apesar das discrepâncias, Cardoso (1975) vê as cidades coloniais latinoamericanas crescendo como cidades administrativas, de funcionários, como Moscou e Pequim. A questão que ele mesmo reconhece é que essa precária tipologia não esgota a variabilidade das formas de aglomerados urbanos do mundo colonial, formas essas que permitiram, até mesmo, que uma certa autonomia se desenvolvesse, nos lugares mais remotos do mundo colonial. Mas os pruridos autonomistas foram freados pela política metropolitana, a partir da segunda metade do século XVIII, bastando, para isso, a descoberta de uma jazida de ouro ou de qualquer metal precioso, fosse, mesmo, nos sertões de Goiás. Nesses casos, como no de Minas Gerais, passa-se a depender diretamente de Portugal escapando-se, inclusive, do controle dos representantes locais do Rei.

---

<sup>20</sup>Ver: *Raízes do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. Cap. 4.

---

No período pós-Independência, as cidades-capitais dos novos estados vão se constituir em pólos de aglutinação importantes na vida nacional, pois passam a ser focos de decisão política, a partir dos anos imediatamente anteriores à Independência. É que a ruptura do pacto colonial fortalece os mercados sediados nas cidades, sobretudo, graças às atividades dos mercadores ingleses.

A quebra dos monopólios comerciais levou a uma prosperidade por toda a parte (México, Buenos Aires, Bahia, Rio de Janeiro), fortalecendo os setores mercantis locais, diversificando as elites, provocando novas alianças e acomodações entre as classes dominantes, sem romper embora o 'antigo regime' patrimonialista. (CARDOSO, 1975, p. 147).

Com um detalhe, ainda, de acordo com Cardoso: na Europa, a cidade se firma como cidade-estado; na América, ela será o nervo vivo do estado-nação.

Como as cidades expressam uma forma de divisão social do trabalho, tendem a permanecer estagnadas aquelas nas quais a exploração escravista se prolongou, não porque os imigrantes consumissem mais, nos garante o autor, até porque esses eram tão pobres quanto os escravos, mas porque a escravidão recria, no latifúndio, a auto-satisfação das necessidades econômicas, dada a disponibilidade permanente do escravo.

Portanto, no século XIX, o incremento para o crescimento urbano se dá com a introdução e a generalização do trabalho livre. Não se trata, portanto, de o café ser uma planta democrática e a cana uma planta aristocrática. Para Cardoso (1975), o que importa reter é que se chega ao século XX com o eixo político tendo se deslocado para a cidade, embora isso não fosse verdade, necessariamente, para o eixo econômico.<sup>21</sup>

---

<sup>21</sup>Sobre autonomia ou semiautonomia dos campos ver a discussão de Fredric Jameson sobre a concepção de Niklas Luhmann de que existem zonas no interior do social que se desenvolvem a ponto de serem governadas por suas próprias leis e dinâmicas intrínsecas, como, por exemplo, a política que desde Machiavel e a ascensão do estado moderno é um campo semiautônomo nas sociedades modernas. (JAMESON, 2002, p. 175).

---

## Referências Bibliográficas

- CARDOSO, Fernando H. Autoritarismo e democracia. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- DOMINGUES, José M. A cidade: racionalização e liberdade em Max Weber. In: SOUZA, Jessé. *A atualidade de Max Weber*. Brasília: UNB, 2000.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães; a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FIGUEIREDO, Vilma. A atualidade de Max Weber. In: SOUZA, Jessé (Org.). *A atualidade de Max Weber*. Brasília: UNB, 2000.
- FREITAG-ROUANET, Barbara. Global cities in informational societies. *Diogenes*, v. 50, n. 1, p. 71-82, 2003.
- JAMESON, Fredric. *A singular modernity: essay on the ontology of the present*, London; Verso, 2002.
- KOZIC, Karel. *A dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MARTINDALE, Don. Prefatory remarks: the theory of the city. In: WEBER, Max. *The city*. Tradução e ditado Don Martindale e Gertrud Neuwirth. Nova York: The Free Press; Londres: Collier-Macmillan, 1966.
- MACRAE, Donald Gunn. As idéias de Weber. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1975.
- MACRAE, Donald G. *As idéias de Weber*. São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
- NISBET, R. *The sociological tradition*. London, 1976.
- NISBET, R. A., The unit-ideas of Sociology. In: \_\_\_\_\_. *The sociological tradition*. London, 1976
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Do rural e do urbano no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Cultura, sociedade rural e sociedade urbana no Brasil: ensaios*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Dialética do rural e do urbano: exemplos brasileiros. In: \_\_\_\_\_. *Cultura, sociedade rural e sociedade urbana no Brasil: ensaios*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- WEBER, Max. *The city*. Tradução e ditado para o inglês Don Martindale e Gertrud Neuwirth. Nova York: The Free Press; Londres: Collier-Macmillan, 1966.

WIRTH, Louis. Urbanism as a way of life. *American Journal of Sociology*, v. XLIV, n. 1, p. 8. July 1938.